



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO - CURSO DE PEDAGOGIA

EXCLUSÃO ESCOLAR

GLAUCIA DE MORAES

Rio de Janeiro

2004

GLAUCIA DE MORAES

EXCLUSÃO ESCOLAR

ORIENTADORA: MARIA APARECIDA LEITE SOARES

Monografia apresentada a
Escola de Educação da
Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro para
obtenção de graduação em
Pedagogia.

Rio de Janeiro
2003

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu marido.

Agradeço à professora Maria Aparecida Leite Soares pela ajuda na elaboração e aperfeiçoamento deste trabalho e por todas as orientações dadas para este fim.

SUMÁRIO

I - Introdução.....	10
II- Exclusão escolar.....	13
III- A escola, os sujeitos e seus fracassos.....	19
IV- Conclusão.....	24
V - Bibliografia	

RESUMO

O presente trabalho discute a temática da exclusão aqui pensada amplamente, aluno / escola / mundo considerando o espaço da sala de aula e as interações dos alunos nesse espaço de interlocução onde ocorrem práticas de organização, de currículo e de afetividades que impregnam o pedagógico, reconhecendo a sala de aula como um local de produção de significados que influencia na constituição de subjetividades. Para isso analisou os percursos escolares de 6 alunos em defasagem idade-série, atendidos por um currículo baseado no Programa de Aceleração da Aprendizagem, estudando as possibilidades de sucesso escolar a partir da dimensão da inclusão.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que pôde contribuir significativamente para um melhor entendimento dos processos interativos dos alunos que se encontram nesta situação, considerando o espaço e o tempo educativos, na perspectiva sujeito-agente (aluno) de modo a entender o processo de construção de estratégias que facilitem a aprendizagem. O trabalho de campo consistiu em quatro meses de investigação em uma escola da rede pública, no RJ, e teve como modalidades de levantamento de dados a observação participante, entrevistas informais com alunos, professoras, diretora, coordenadora pedagógica, pais e análise de trabalhos executados pelos alunos.

A contribuição deste estudo está na possibilidade de suscitar novos desafios a alunos e professores no ambiente pedagógico, apesar da situação de exclusão em que se encontra o grupo pesquisado, ainda que com a possibilidade de inclusão através dessa medida compensatória de mais um programa do governo que diz ter a intenção de superação do fracasso escolar, estimulando-os a retomarem o processo de escolarização no qual estejam motivados, diminuindo assim suas chances de fracasso escolar e conseqüente processo de exclusão social.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO - CURSO DE PEDAGOGIA

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

Aluna: Glaucia de Moraes

Título do Trabalho Monográfico: Exclusão escolar

Orientadora: Maria Aparecida Leite Soares

FICHA DE AVALIAÇÃO

Primeiro avaliador: professor convidado

Professora: *Lucia Lehmann*

Nota: 90

Considerações Finais:

Trabalho com boa apresentação. Tema atuali-
zado e compatível com o conteúdo. Linguagem
clara e compreensiva, adequada ao trabalho.
Bibliografia pertinente e atualizada. Interessante
a articulação teoria - prática.

Lucia Lehmann



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO - CURSO DE PEDAGOGIA

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota Final

Rio de Janeiro, _____

Segundo avaliador: professor orientador

Professora: Maria Aparecida Leite Soares

Nota: _____

Considerações Finais:

Terceiro avaliador: professor da disciplina Monografia II

Professora: Lígia Martha C. da Costa Coelho

Nota: _____

Considerações Finais:

INTRODUÇÃO

Ao assumir pela primeira vez uma classe da 3ª série do Ensino Fundamental de uma escola municipal na Zona Oeste do Rio de Janeiro me deparei com uma turma de alunos com história de fracasso escolar, inclusive, já anunciado pela própria escola.

Então para verificar como é que o fracasso escolar se expressava concretamente na escola, selecionei um grupo de 6 alunos desta turma: Adalto, Lucas, Wellington, Gleice, Pamela e Joice.

Pesquisei os percursos escolares desde a chegada na escola e os diferentes trabalhos que foram desenvolvidos para solucionar as dificuldades desses alunos em acompanhar aos demais alunos da escola.

A proposta desta pesquisa é oferecer elementos que contribuam com os estudos sobre a exclusão na escola. Por isso, observei estes 6 alunos multirrepetentes da escola municipal Sol, à procura de respostas para as seguintes perguntas: Quem são estas crianças? Como vivem na escola e fora dela? Como viveram na escola antes da minha chegada? Como participam do processo que resulta na impossibilidade de escolarizarem-se?

Para atender ao objetivo proposto selecionei os alunos deste grupo de acordo com os seguintes critérios:

- Idade
- Ano de ingresso na escola
- Tempo de permanência numa mesma série
- Conteúdos curriculares a que foram submetidos
- Atividades econômicas exercidas pelos responsáveis

Para viabilizar esta pesquisa foram realizadas observações em vários contextos e entrevistas informais com todos os envolvidos no processo educativo que nela se desenrola, inclusive os alunos e suas famílias.

O suporte teórico e científico que orienta a metodologia deste trabalho é a pesquisa bibliográfica onde, a luz dos autores, serão desvendadas e analisadas as

principais contribuições sobre o tema. São eles: Almeida, Bourdieu, Costa, Ferraro Gentili e Patto. Foram incluídos também materiais jornalísticos e pesquisas na internet.

O fracasso escolar vem sendo discutido sob diferentes pontos de vistas dos especialistas em educação e esta é uma das questões da qualidade do ensino na integração escolar.

O tema da exclusão dos alunos no universo escolar tem ocupado espaço considerável nos atuais debates político-educacionais em nosso país e neles estão presentes os estudantes que têm vivido uma vastidão de dificuldades em suas trajetórias escolares, engrossando as estatísticas do fracasso escolar. (Almeida, 2002, p.57)

Estudos indicam que o quadro de escolarização desigual do país revela os resultados decorrentes do processo de extrema concentração de renda e níveis elevados de pobreza. Apesar do crescimento da taxa de escolarização das últimas décadas, pesquisas indicam a correlação existente entre os indicadores de renda e a situação educacional do país.

Em recente divulgação feita pelo site INEP foi exposto que:

- 81% das crianças de 5 a 6 anos que freqüentam a pré-escola pertencem a famílias com renda per capita familiar superior a 2 salários mínimos (SM), contra apenas 37% daquelas pertencentes a famílias pobres;
- 97% das crianças de 7 a 14 anos de famílias com renda familiar superior a 2 SM per capita freqüentam o primeiro grau, contra apenas 75% das crianças de famílias pobres, apesar da crescente universalização;
- 80% dos jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias com renda per capita superior a 2 SM freqüentam a escola, enquanto apenas cerca de 40% daqueles provenientes de famílias pobres permanecem estudando;
- 39,8% dos jovens de 15 a 17 anos das famílias pobres somente trabalham.

E também:

Analfabetismo chega a ser 20 vezes maior entre os mais pobres. Publicação baseada na divulgação feita pelo INEP em que mostra

a relação entre as taxas de analfabetismo no Brasil e a renda familiar (Folha Online em 16/07/2003.)

O estudo produzido por Gentili foi importante para que eu pudesse compreender melhor os aspectos do fracasso escolar que estão relacionados com o contexto geral da vida desses alunos, ou seja, a posição social dos familiares desses alunos e o lugar a eles destinado no mercado de trabalho.

As atividades econômicas exercidas pelas famílias dos alunos estudados nesta pesquisa geram uma renda em torno de 1 salário mínimo, o que me fez compreender uma das características do fracasso escolar: a situação econômica do fracassado.

De acordo com a pesquisa bibliográfica sobre o fracasso escolar realizada para este trabalho, a repetência constitui-se um dos problemas mais graves do quadro educacional do país, uma vez que os alunos passam em média cinco anos na escola, antes de se evadirem, e levam cerca de onze anos para concluir as oito séries de escolaridade obrigatória. Isso mostra que a sociedade brasileira valoriza a educação como requisito fundamental de integração social e inserção no mundo do trabalho. No entanto, a grande maioria da população estudantil acaba desistindo da escola, desestimulada em razão das altas taxas de repetência e pressionada por fatores sócio-econômicos, que obrigam boa parte dos alunos ao trabalho precoce.

Segundo o site do Inep, apesar da melhoria observada nos índices de evasão, o comportamento das taxas de promoção e repetência na primeira série do ensino fundamental está ainda longe do desejável:

Apenas 51% do total de alunos são promovidos e 44% repetentes, reproduzindo assim o ciclo de retenção que acaba expulsando os alunos da escola (Site Inep).

O presente trabalho é apresentado da seguinte forma: no primeiro capítulo falo sobre as contribuições dos autores sobre a exclusão escolar brasileira, ou seja, quais os estudos a respeito do tema; no segundo capítulo descrevo a escola, a configuração da escola naquela comunidade, como é a equipe pedagógica da escola e qual é o seu papel, a descrição dos sujeitos da pesquisa e por fim a minha contribuição, o que penso sobre este tema.

1 - Exclusão escolar

Como falar em exclusão escolar sem falar um pouco sobre a exclusão social?

Segundo Gentili (1999):

A condição de excluído é dada devido ao resultado de um processo de produção social de múltiplas formas e modalidades de exclusão (p.17).

Portanto, o problema da exclusão escolar está fortemente ligado a outros processos de exclusão.

Tal como afirma o sociólogo francês Castel (1997), podemos reconhecer três formas qualitativamente diferenciadas de exclusão:

Por um lado, a supressão completa de uma comunidade mediante práticas de expulsão ou extermínio. Ex: O holocausto perpetrado pelo Regime Nazista. Por outro lado, a exclusão como mecanismo de confinamento ou reclusão. Ex: O destino dado antigamente aos leprosos. Finalmente, a terceira modalidade de prática excludente consiste em segregar incluindo: quer dizer, atribuir um status especial a determinada classe de indivíduos, os quais não são exterminados fisicamente nem enclausurados em instituições especiais. É o caso dos sem-teto, dos meninos que perambulam abandonados por nossas cidades. Esta forma de exclusão significa que determinados indivíduos estão dotados das condições necessárias para conviver com os incluídos, só que em uma condição inferiorizada, subalterna (p.10).

Por meio desta leitura de Castel (1997), pude perceber a condição de excluídos dos 6 alunos da escola Sol. Todavia eles possuem as condições necessárias para conviver com os incluídos, porém não participam do mesmo saber.

Em síntese, são os subcidadãos, os que participam da vida social sem os direitos daqueles que possuem as qualidades necessárias para uma vivência ativa e plena nos assuntos da comunidade.

Para Gentili (1999):

A categorização oferecida por Robert Castel permite ponderar melhor uma das poucas conquistas que, em matéria de política educacional, os governos neoliberais e latino-americanos costumam oferecer a seus críticos: o avanço nos processos de universalização da escolaridade básica, o que estaria indicando- segundo afirmam- uma diminuição progressiva (e tendencialmente total) dos índices de exclusão educacional (p.12).

Considerando a crescente universalização do ensino, ao contrário, conforme denuncia a interpretação dos dados do Censo Demográfico de 2000:

Existe no Brasil quase um milhão e meio de crianças de 7 a 14 anos sem matrícula e/ou evadidas das escolas. Essa legião de crianças excluídas das salas-de-aula representaria 5,5% dos brasileiros nessa faixa etária. O fato é que esse número é alto, mesmo levando em consideração o tamanho da população

brasileira. Países semelhantes ao Brasil em termos de desenvolvimento e produção de riquezas apresentam números bem mais baixos (Site Inep).

O milagre, até agora, foi o País chegar aonde chegou com tamanha exclusão social e educacional (Site Inep).

Apesar que, segundo Gentili (1999):

Qualquer comemoração apressada pode ocultar algumas das tendências que tem acompanhado de forma perversa esta dinâmica democratizadora (p.13).

Essas tendências, dizem respeito à qualidade de ensino. Boa parte desse contingente de crianças abandona a escola porque não aprende. O não-aprendizado desestimula, impõe barreiras e representa desperdício de recursos públicos.

Evidentemente que as conhecidas desigualdades nacionais interferem diretamente nos números apresentados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Crianças no trabalho infantil, pobreza absoluta, falta de perspectiva de futuro e desestruturação familiar são algumas das causas do abandono e da não-matricula.

Uma das conseqüências mais nefastas resultante das elevadas taxas de repetência manifesta-se nitidamente nas acentuadas taxas de distorção série/idade em todas as séries do ensino fundamental.

Os números impressionam:

O Brasil tem cerca de 27,5 milhões de habitantes entre 7 e 14 anos, mas registra 34,7 milhões de matrículas no Ensino Fundamental, conforme o Censo Escolar 2003. A diferença é formada por jovens acima dos 15 anos que estudam em séries não compatíveis com a sua idade. (Nova Escola, em 19/10/03, p. 38)

Esse processo interfere de maneira significativa na forma como os jovens se relacionam com a escola.

A distorção idade-série preocupa educadores, embora venha caindo nos últimos anos.

Além de causar sérios problemas no processo de aprendizagem, a reprovação ou a simples ameaça dela é ainda a principal causa da evasão nos estudos à respeito.

O sentimento de fracasso faz com que o jovem encare os estudos como uma fonte de sofrimento e crie bloqueios em relação à aprendizagem

como afirma Magda Quirino, do Ceteb - Centro de Ensino Tecnológico de Brasília - instituição responsável pela elaboração de um dos programas de correção de fluxo oferecidos pelo MEC. (Nova Escola, em 19/10/2003,p.35)

Depois de a própria criança, a família e a condição social terem sido apontadas como culpadas pela reprovação, estudos descobriram que o problema se desenvolve também na escola e na incapacidade dos sistemas de atender a diferentes necessidades de aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), rompeu com a cultura da repetência, abrindo a possibilidade de haver avanço para etapas seguintes. Surgiram ferramentas como a progressão continuada e as classes de aceleração. Esta última é a mais adotada por estados e municípios pela rapidez dos resultados, conforme revela o Site Inep. Consiste em reunir em uma mesma turma, durante um ano, estudantes em defasagem e aplicar um programa para os alunos reconquistarem a confiança em sua capacidade de aprender.

As discussões sobre o currículo e os conteúdos que têm significado não podem ficar restritas às classes de aceleração. Os procedimentos adotados nessas turmas precisam contagiar os demais professores, afirma Meyri Chieffi, pesquisadora do Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em educação, cultura e ação comunitária - consultora de diversas secretarias em projetos de aceleração (Nova Escola, em 19/10/2003, p.37).

O grupo de alunos aqui estudado foi submetido a um conteúdo baseado nos princípios e no material do Programa de Aceleração do município do R.J como tentativa de recuperar a auto-estima e fazer com que eles aprendam, porém isso não evitou a repetência deles.

Patto (1996) afirma que:

Nas publicações sobre evasão e repetência, as crianças são invariavelmente reduzidas a números frios e impessoais, que acabam por insensibilizar a todos para o drama humano que estes números escondem, acostumando-nos à existência de um contingente crônico de repetentes e excluídos na rede pública de ensino fundamental (p.20).

Patto (1996), apontou a repetência como principal problema do fracasso escolar antes da publicação da LDB –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (1996) quando foi eliminada a repetência no Ciclo.

O fato é que as formulações conceituais têm considerado como uma das causas prioritárias do fracasso escolar a falta de recursos materiais (Costa, 2001), e não têm dado a devida atenção a aspectos subjetivos.

O anterior Ministro da Educação, Cristóvão Buarque, escreveu recentemente sobre o poder das relações entre educação e sociedade:

O sistema educacional brasileiro não opera no vácuo, ele é reflexo direto da situação social brasileira. Quando se leva em conta o desempenho do aluno segundo fatores como idade, faixa de renda e escolaridade dos pais, a variável que causa a maior diferença de média é a faixa de renda do participante. A questão da faixa de renda deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, já que vários fatores são relacionados. Estudantes de famílias com maior renda normalmente têm pais com mais escolaridade e, além disso, possuem acesso facilitado a bens culturais como livros, computadores, cinema e viagens. Quanto menor a escolarização dos pais pior o desempenho do aluno. Não adianta pegar um aluno da escola pública Jardim Ângela, em São Paulo, que nunca teve um único livro dentro de casa, e querer que ele tenha o mesmo desempenho dos filhos das famílias de leitores deste jornal, que possivelmente já estão na segunda ou terceira geração de Ensino Superior (Souza, 2001).

O ex-ministro refere-se, neste seu artigo, aos resultados do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), mas o que importa no momento é a sua explicação para as diferenças de resultados.

Nisso ele não difere de Bourdieu (2001), quando este diz :

O capital cultural e o ethos, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio da eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais (p.50).

Por eliminação, aqui não se deve entender que a criança seja, necessariamente, excluída e colocada fisicamente para fora da escola; há também uma exclusão no interior da escola. O não acesso, a repetência e a evasão devem ser considerados, porém existe também um despreparo da escola para lidar com diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos.

Não é só dentro da escola, ao retornar à sociedade também, pois ainda segundo Bourdieu (2001):

O rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e (...) o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social- também herdado- que pode ser colocado a seu serviço (p.4).

Ferraro (1985), criou as categorias exclusão da escola e exclusão na escola. Entendia que: a noção de exclusão, desdobrada nas categorias, podia dar

unidade teórica a toda uma série de fenômenos, correntemente conhecidos como não-acesso à escola, evasão, reprovação e repetência, todos relacionados com o processo escolar, mas tratados com freqüência de forma estanque:

A exclusão escolar na forma de exclusão da escola compreende tanto o não-acesso à escola, quanto o que habitualmente se denomina evasão da escola. Já a categoria exclusão na escola dá conta da exclusão operada dentro do processo escolar, por meio dos mecanismos de reprovação e repetência (p.15).

Para Ferraro (1996), no Brasil, apesar de todos os avanços o padrão esperado de relação série/ idade ainda faz parte do reino da fantasia.

Os índices de exclusão verificados dentro da escola no ano de 1996, segundo Ferraro (1996), geralmente resultante de repetidas reprovações, ainda são alarmantes:

Subindo rapidamente já nas idades mais jovens, até níveis superiores a 35% em todas as idades que vão dos 11 até os 17 anos, chegando a quase 50% aos 14 anos. Aí está, sem dúvida, o maior problema da escola brasileira. Infelizmente no que se refere à exclusão praticada dentro da escola (reprovação e repetência), o gráfico 7 parece responder negativamente (P.13).

Ignora-se completamente o problema que se passa dentro da escola, sua pedagogia, seu descompromisso com o aprendizado e com a promoção dos alunos.

O problema do acesso não se resolve simplesmente com vagas nas escolas e professores. É necessário também que os candidatos tenham condições de ingressar e de permanecer na escola pelo tempo a que tem direito.

O tema da exclusão dos alunos no universo escolar tem ocupado espaço considerável nos atuais debates político-educacionais em nosso país e neles estão presentes os estudantes que têm vivido uma vastidão de dificuldades em suas trajetórias escolares, engrossando as estatísticas do fracasso escolar.

Para Almeida (2002), é preciso salientar que:

A escola é um espaço sociocultural, responsável pela abordagem pedagógica do conhecimento e da cultura em articulação com o contexto social em que está inserida. Portanto, as transformações feitas nos sistemas de ensino e na qualidade do seu atendimento nos leva necessariamente a considerar os elementos geradores de exclusão vivida pelos estudantes, o que significa tratar da questão educacional do seio da problemática social brasileira (P.60).

Ferraro (1985), apontou a repetência no fracasso escolar antes da publicação da LDB –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (1996) quando foi eliminada a repetência no Ciclo.

Mas, segundo Almeida (2002), não basta às políticas reformistas apenas se apropriar de elaborações teóricas progressistas, para que sejam coroadas de êxito:

Para que sua implementação saia das intenções e se traduza em ações que realmente garantam a melhoria da qualidade de ensino e o enfrentamento do fracasso escolar, e não simplesmente melhore os índices oficiais de repetência e evasão escolar, é preciso uma mudança qualitativa no trabalho educacional no interior das escolas. E isso não é possível implementar por decreto. Requer um envolvimento de todos os profissionais da educação, alunos e pais, na reorganização do espaço e do tempo da escola, e que sejam garantidas condições de permanência e de estudo para os alunos (p.62).

Através das considerações feitas por Almeida (2002), percebe-se o fato de que antes, como agora, a abordagem a respeito do fracasso escolar esqueceu-se de que os problemas da escola, os mais graves, têm origem histórico-social.

A forma escola, portanto não é ingênua, neutra, equalizadora na sua organização - para não dizer na sua arquitetura. Ela é modulada por fatores que ocorrem fora dela e que disputam a definição de seus espaços e tempos.

Enfim, a forma escola, constitui uma maneira de organizar o trabalho pedagógico a mando de funções sociais que são atribuídas à instituição escolar.

Contrariar essa lógica é um processo possível apenas como resistência, no âmbito de nossa sociedade atual. Isso não diminui sua importância como possibilidade, mas alerta para os limites.

2 - A exclusão escolar na escola municipal Sol

A escola municipal Sol foi inaugurada em 30/03/1988 e localiza-se no centro do bairro de Santa Cruz. É de fácil acesso, pois próximo a ela circulam ônibus de diferentes linhas e trens.

Embora, ao lado da escola, exista outra escola da rede, a demanda é bastante grande e, em função disto, funciona com rodízio de atividades para suprir necessidades.

A escola é uma unidade de ensino fundamental (EI À 4ª série) que atende a 2 turnos de 04 horas e 30 minutos, cada turno com 6 turmas. Atende 371 alunos com idades entre 4 e 17 anos.

O espaço físico é composto por 5 salas de aula e 1 sala de leitura, secretaria, refeitório, cozinha, banheiros e 1 pequena quadra de esportes. É de pequeno porte, o que às vezes dificulta determinadas ações, como eventos que contamos com participação dos responsáveis.

Atende a várias comunidades (próximas à escola e também afastadas).

Através de uma pesquisa informal realizada com os pais dos alunos da turma de 3ª série, observou-se que, de maneira geral, os responsáveis confiam no trabalho realizado pela escola até então, porém desejam melhorar cada vez mais. Os pais dos alunos trabalham em diferentes atividades (domésticas, segurança, comércio).

Predomina na escolarização dos responsáveis pelos alunos o Ensino Fundamental incompleto.

A maioria possui casa própria e os serviços de água, luz, esgoto e lixo.

A renda familiar das famílias é de 1 a 2 salários mínimos em média.

A escola possui 12 professores, 1 diretora, 1 diretora-adjunta, 1 coordenadora pedagógica, 4 merendeiras e 4 funcionários administrativos.

A atual direção da escola administrando há 2 anos e vem investindo em projetos que visem contribuir para as relações de igualdade, justiça, respeito ao próximo, diálogo e construção coletiva. Para isto, utiliza diversos instrumentos, tais como observação, contatos através de diferentes segmentos: reuniões, conversas,

centros de estudos, COC, pesquisa e outros que por ventura surgirem durante a trajetória.

A escola tem um projeto político- pedagógico que foi elaborado há 2 anos pela equipe pedagógica e com a participação da comunidade.

Os critérios para a escolha dos 6 alunos multirrepetentes, sujeitos desta pesquisa, foram:

- Idade

Adalto (08/12/1992), Lucas (13/06/1992), Wellington (27/08/1992) e Joice (17/02/1992) com 12anos.

Gleice (06/04/1990) com 14 anos e Pamela (08/01/1991) com 13 anos.

- Ano de ingresso na escola

Lucas desde 1999 estuda na escola Sol.

Adalto, Wellington e Gleice estudam na escola Sol desde o ano 2000.

Joice desde 2001e Pamela desde o ano 2002.

- Tempo de permanência na mesma série

Adalto, Lucas, Wellington, Joice e Pamela estão há 2 ANOS NA 3ª SÉRIE.

Gleice está há 4 anos cursando a 3ª SÉRIE.

É importante esclarecer que estes alunos vieram do Ciclo que é composto por 3 anos e não tem repetência, ou seja, funciona com progressão continuada.

- Conteúdos curriculares a que foram submetidos

De acordo com a coordenação e os professores, os alunos observados nesta pesquisa foram submetidos durante os anos letivos em que estudaram nesta escola até o momento em que iniciei o meu trabalho com a turma, a um planejamento baseado nos princípios do Programa de Aceleração de Aprendizagem da Rede Municipal do RJ.

Conforme justificativa apresentada pela coordenação e pelos professores, esses alunos foram “diagnosticados” com problemas de aprendizagem e socialização desde que ingressaram na escola. Esses profissionais também

consideraram os familiares desses alunos incapazes de lhes dar apoio e portanto eram a causa dos do fracasso escolar desses alunos.

Os trabalhos aplicados deram ênfase na leitura e na escrita e os conteúdos dados foram os mesmos do material desenvolvido para as classes de aceleração. Infelizmente, não tive acesso aos planejamentos semanais feitos por cada professor que continham as atividades trabalhadas em sala de aula com cada um desses alunos em cada ano nessa escola. Dado importante que poderia demonstrar que práticas pedagógicas foram criadas, uma vez que esses alunos não obtiveram rendimento satisfatório daquelas comumente realizadas.

Escrevo a seguir o que foi levantado sobre o Programa de Aceleração de aprendizagem por meio de entrevista informal com coordenação e com os professores da escola.

O Programa de Aceleração de Aprendizagem implementado em 1995, em alguns estados de nosso país, tenta retomar o processo de aprendizagem e resgatar a auto-estima desses alunos, ceifada pela própria escola quando lá chegou, exigindo sensibilidade por parte do professor e da escola em relação aos problemas gerados pela justiça social, a fim de intervir na realidade para transformá-la.

No município do Rio de Janeiro, o projeto foi iniciado em junho de 1998, passando por modificações em 2000, a fim de dar atendimento a todos os alunos da Rede Municipal com distorção entre série e idade, naquele ano. Na tentativa de se desenvolver um trabalho com qualidade e de dar apoio aos professores que faziam parte do programa, foram realizados cursos específicos em que eles estavam permanentemente se atualizando e também sendo ouvidos nas suas inquietações oriundas da prática cotidiana.

A proposta pedagógica baseia-se na Pedagogia do Sucesso, cuja hipótese central consiste no pressuposto de que os alunos com acentuada defasagem idade-série são capazes de dominar, com mais rapidez, os conteúdos básicos do currículo, desde que ensinados adequadamente e colocados num ambiente motivador que lhes permita acumular sucessos de forma progressiva, desenvolvendo a sua auto-estima.

Pamela (diagnóstico de idade mental atrasada, em torno de 6 anos, atestado médico arquivado na escola)

Pai trabalha em furnas e mãe é vendedora.

As diretrizes de ação para essa abordagem metodológica devem se pautar nas experiências, interesses e necessidades dos alunos. Para avaliação do desempenho e progresso escolar do aluno deverão ser considerados os seguintes aspectos: iniciativa, habilidade de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, participação, responsabilidade, comprometimento, capacidade de análise e síntese, consistência de argumentação, criatividade, aplicação de conceitos trabalhados, domínio de conteúdo.

A organização dos conteúdos está em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, por áreas de ensino e por habilidades, sendo selecionados somente os comuns a todas as propostas oficiais de diferentes Estados brasileiros estudadas, considerados prioritários e indispensáveis.

Os alunos deverão sentir, desde o início, que são capazes de ter sucesso, de aprender, de passar de ano, que estão incluídos. O objetivo é que todos tenham sucesso no dia-a-dia, durante todo o processo e não apenas no final.

- Atividades econômicas exercidas pelos responsáveis

Adalto

Profissão dos pais: O pai é peixeiro e a mãe é dona de casa.

Lucas

O pai é pedreiro e a mãe é dona de casa.

Wellington (o aluno apresenta problemas na fala- "língua presa")

A mãe não trabalha.

A família vive às custas da pensão da avó e vendem garrafas pet (descartáveis).

Gleice (a aluna também apresenta problemas na fala, já foi avaliada pelo Instituto Helena Antipoff e concluíram não ser caso de atendimento neste instituto e sim de atendimento psicológico.)

Profissão do pai: conserta fogões.

Joice

Profissão do pai: pedreiro e mãe: do lar.

Conclusão

Ao iniciar o meu trabalho nesta escola com a turma de 3ª série fui advertida de que se tratavam de alunos com sérias dificuldades de aprendizagem, de socialização, sem apoio da família e na sua maioria vindos de Classes de Aceleração.

Então, fui orientada pela coordenação da escola a trabalhar com o método utilizado pelas Classes de Aceleração do município e também aplicar um projeto de melhoria da auto-estima, auto-confiança e socialização desta turma pois começaram a apresentar comportamento de violência entre eles, o que dificultou muito o meu trabalho. Este projeto tinha como objetivo oportunizar um ambiente escolar harmonioso visando à facilitação do processo ensino-aprendizagem.

Percebi logo de início que existia um grupo de 6 alunos nesta turma que não estavam alfabetizados. Selecionei este grupo para viabilizar esta pesquisa porque apesar de estarem na 3ª série e serem repetentes há mais de 1 ano, não sabiam nem ler e escrever. Os alunos deste grupo pertenciam à famílias pobres, que não apareciam na escola nem mesmo quando solicitadas.

Conforme já apontou Patto (1996), o resultado não poderia ser diferente:

A escola pública de ensino fundamental falha na sua tarefa básica de alfabetização das crianças das camadas populares, excluindo-as precocemente de seu interior, através de um mecanismo de rejeição que opera duplamente, pois a escola não aceita a criança como ela é, e a criança não aceita a escola como ela funciona. A crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade. Às vezes, nem mesmo os pesquisadores munidos de um referencial teórico-crítico estão livres dela. Como veremos, mesmo quando voltam os olhos para a escola e o ensino numa sociedade de classes e neles identificam inúmeras condições que podem por si só explicar as altas taxas de reprovação e evasão, continuam a defender as teses da teoria da carência cultural. O resultado é um discurso incoerente que, em última instância, acaba reafirmando as deficiências da clientela como a principal causa do fracasso escolar (p. 24).

Os sujeitos desta pesquisa foram alfabetizados na 3ª série quando já deveriam estar prontos para estudarem o conteúdo da 3ª série. Desta forma, o ideal seria que no ano seguinte eles repetissem a 3ª série para que aprendessem a grade curricular da 3ª série. No entanto, isso não aconteceu pois a escola considera como critério de promoção para a série seguinte saberem ler e escrever, como estavam alfabetizados foram aprovados para a 4ª série.

A comprovação feita por Patto foi importante para que eu pudesse concluir que mesmo com a auto-estima recuperada e alfabetizados, não mudei a condição de excluídos destes alunos, pois se não aprenderam o conteúdo de 3ª série já que foram alfabetizados, como conseguirão acompanhar aos demais alunos da série seguinte, a 4ª série?

Enfim, eles permanecerão excluídos do saber dos demais, não terão bom desempenho e continuarão a enfrentar dificuldades de aprendizagem. O que pode gerar baixa auto-estima, violência, fracasso escolar, isto é, a história se repete!

Sendo assim, as classes de Aceleração estão evitando a repetência, mas pelo que parece não estão dando conta do fracasso escolar porque os alunos vão para as séries seguintes e continuam sem obter sucesso escolar.

A Secretaria Estadual da Educação do Paraná interrompeu o programa de aceleração este ano porque uma parcela considerável dos "acelerados" abandonou os estudos por não conseguir acompanhar e para que fosse estudada uma forma de avançar sem desrespeitar o tempo de aprendizagem de alguns estudantes (Nova Escola, em 19.10.03).

A organização do trabalho no Programa de Aceleração de Aprendizagem revela uma certa monotonia, um ritmo mecânico e até condicionado de trabalho, pois o material utilizado é numeroso demais (7 livros), atrapalhando os alunos que possuem dificuldades de leitura e escrita e comprometendo o cumprimento do que é proposto no tempo que se pretende. E ainda aplica uma metodologia rígida no cumprimento das atividades com ordens pré-estabelecidas para cada passo a seguir (refiro-me aqui aos ícones que estão distribuídos por todo subprojeto, a cada um deles, nos livros utilizados).

A intenção é acelerar, mas é necessário ao professor e ao aluno que participam desse acontecimento, correrem o risco juntos, desacelerando na medida certa quando se fizer necessário para ambos.

A aprendizagem desses alunos, que se deu de acordo com o acontecimento de um Programa na rede municipal, é um processo e, portanto precisa de participação, de atividade que leve à transformação, chegando ao produto que continua sendo processo. O compartilhamento desse e nesse processo de aprender é a substância do desenvolvimento cognitivo. É o que deve guiar o nosso sistema de aprendizado.

A minha principal crítica em relação à iniciativa do Programa de Aceleração é de não compactuar com uma pedagogia centrada somente na aquisição de habilidades e no resgate da auto-estima.

Os programas de aceleração deixam os conteúdos aligeirados, não oferecendo base para o aluno continuar a aprender.

De nada adianta adotar medidas de correção de fluxo se classes regulares continuam produzindo fracassos. O fracassado tem desempenho cada vez pior e o fato de ter repetido pouco acrescenta à sua aprendizagem. Vai apenas rever os mesmos conteúdos, com os mesmos métodos, e ao lado de colegas mais novos, que nem sempre compreendem as suas dificuldades de aprendizagem. Desta forma pode ocasionar problemas de socialização como baixa auto-estima e relacionamento preconceituoso entre alunos e professores, o que veio a prejudicar muito o meu trabalho com esta turma.

O ideal é haver planejamento global e políticas educativas que incluam a capacitação dos educadores para atender o aluno em suas dificuldades. Dessa forma, não seria preciso “empurrá-lo” para as turmas de aceleração.

Conforme comprovou Almeida (2002):

A voz de pais, alunos e professores tem sido a tônica destoante diante desse Programa, ao denunciar a existência de alunos semi-analfabetos no final do ensino fundamental. Na interpretação do sistema, a responsabilidade pela manutenção da situação de excluído é então de responsabilidade do próprio sujeito já que fazem parte das estatísticas que demonstram o sucesso da inclusão educacional desses sujeitos (p.63).

As propostas neoliberais defendem os acertos nas políticas para a correção de fluxo e o fim das perdas de investimentos com reprovação e evasão escolar, e acabam acenando com a responsabilização dos indivíduos pela sua exclusão. Assim a miséria e a precariedade da vida deixam de serem vistas como decorrências do sistema, que por natureza pressupõe a exclusão de contingentes cada vez maiores de trabalhadores.

A palavra inclusão, num sentido mais amplo, leva-nos a pensar em estar incluído ou comprometido, em fazer parte. E, sendo a educação uma questão de direitos humanos, é, portanto, um direito de todos. Assim, pensar num ensino inclusivo significa incluir a todos independente de seu talento, de sua origem socioeconômica ou cultural ou de sua deficiência, a fim de que se possa vislumbrar

uma melhoria de vida na comunidade em que se viva, baseada num valor social de igualdade para todas as pessoas.

A partir das análises das diferentes formas de representações propiciadas pelos alunos, a partir das entrevistas e observações que julgo terem fornecido dados ricos para um possível entendimento sobre quais as estratégias utilizadas por eles para aprender e progredir, foi possível destacar ao questionar o “como” aprender. Entretanto, classificar os alunos e suas estratégias de aprendizagem é aqui neste “término” de trabalho o que julgo menos importa.

A sensibilidade às diferenças individuais na utilização de estratégias impele a que tanto os professores como os alunos tenham apoio durante a realização da aprendizagem. A escola precisa estar ciente e sensível para o fato de que todos têm condições de aprender algo, porém as modalidades de ação para se aprender são diferentes e precisam ser reconhecidas e estimuladas.

Uma forma de estímulo pode ser o Programa de Aceleração ou a idéia de superação que está implícita em seus objetivos, mas apenas acelerar não melhoraria em nada a vida desses alunos, como reconhecem os próprios alunos e alguns professores. Aprender é o objetivo maior que os levou e continua levando diariamente milhões de alunos de volta à escola, mesmo que ela não reconheça isso no aluno e em si própria ao fazer suas avaliações. A ação do aluno tem que ser o centro maior da observação do professor para que desenvolva um trabalho com diferentes procedimentos didáticos para atendê-lo.

Os alunos selecionados para o presente estudo, demonstravam quase sempre as suas insatisfações com as dificuldades de aprendizagem que enfrentavam e o cansaço freqüente que revelava a falta de perspectiva de futuro na escola, enfim, estavam desmotivados, prestes a desistir da escola.

A inclusão, como paradigma de pensamento e ação, poderá se efetivar no espaço escolar, possivelmente, se os professores se utilizarem da estratégia de flexibilidade do seu fazer no acontecimento do mesmo, em que pensará e agirá considerando-o passo a passo, certificando-se a todo momento da exatidão desses passos nas diferentes etapas do seu agir, diminuindo ou aumentando, seguindo ou

parando, indo para caminhos distintos, pois só assim aprendemos e saberemos para onde caminhamos. Aí, talvez, não tenhamos que escolher entre avaliar, acelerar ou aprender, pois tudo fará parte do mesmo processo e também àqueles que dele fazem parte. Para isto, devemos estar "anteados", refletindo sobre o fazer pedagógico junto àqueles que o fazem conosco.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Isabel. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Alternativa, 2002.

BOURDIEU, P. e CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2001, 3ª edição.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FERRARO, Alceu Ravello. Pesquisa em Educação: Diagnóstico da escolarização no Brasil. In: Anped, Reunião Anual, XXII, 1999, Caxambu.

GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1999.

GENTILE, Paola. Avanço no caminho certo. Nova Escola. São Paulo, 19 out. 2003. Mais, p. 35 a 42.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo: T.ª Queiroz editor, 1996.

SOUZA, P. R. Copo meio cheio ou copo meio vazio. Folha de São Paulo. São Paulo, 11 dez. 2001. Mais, p.5.

Folha de São Paulo, São Paulo, julho 2003. Disponível em: <http://www.folhaonline.com.br> , acessado em 10/11/2003.

MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa em Educação, Censo demográfico de 2000, Brasília. Disponível em: <http://www.inep.org.com.br>, acessado em 22/12/2003.

Coste P?